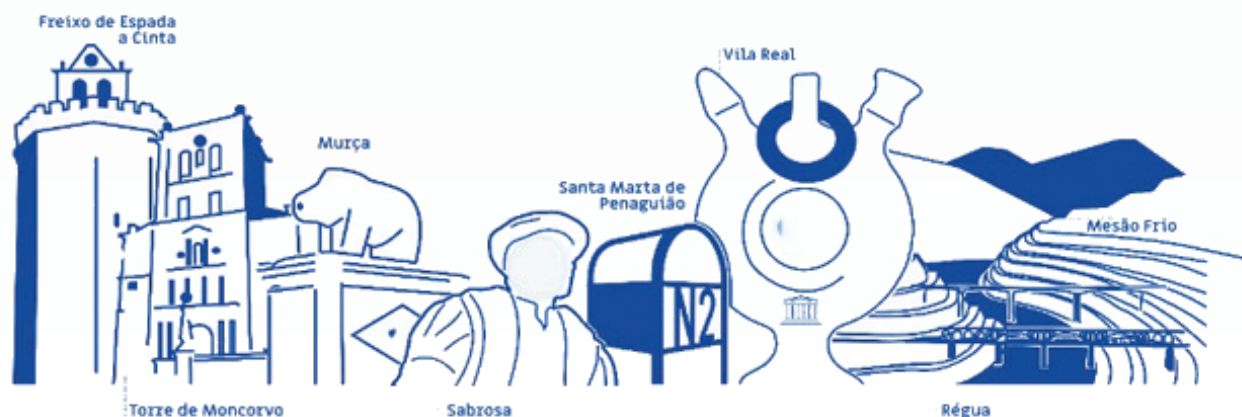





Águas
do interior norte

A ÁGUA QUE NOS LIGA

Relatório e Contas de 2025





MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

A criação da Águas do Interior Norte, EIM, S.A. resultou de uma decisão estratégica dos Municípios acionistas, orientada pela necessidade de assegurar uma gestão integrada, sustentável e eficiente dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Esta opção veio responder aos desafios estruturais do setor, promovendo a racionalização de recursos, a melhoria do desempenho global e a criação de condições para o investimento indispensável à modernização das infraestruturas, com indicações bem mencionadas pelo poder central da altura.

Decorridos vários anos desde a sua constituição, a AdIN afirma-se como um instrumento essencial ao serviço das populações, com impacto direto na qualidade de vida, na saúde pública e na proteção ambiental.

Neste contexto, é de realçar a evolução positiva ao nível da qualidade da água fornecida e da continuidade do abastecimento, aspetos que se refletem diretamente no quotidiano das populações e reforçam a confiança dos utilizadores. Paralelamente, o investimento realizado no setor do saneamento tem contribuído de forma significativa para a melhoria da qualidade das massas de água e do ambiente, evidenciando o papel estruturante da empresa na preservação dos recursos naturais e na valorização do território.

A atuação da AdIN assume igualmente relevância no desenvolvimento económico da região, ao garantir condições essenciais ao funcionamento das atividades produtivas e ao promover a coesão territorial num espaço marcado por desafios como a baixa densidade populacional e a exigência das condições orográficas.

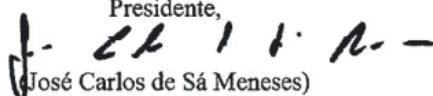
Ao longo deste percurso, a empresa tem vindo a consolidar a sua posição, sendo hoje reconhecida como uma referência regional no setor das águas, fruto do trabalho desenvolvido, da capacidade de adaptação e do compromisso assumido pelos Municípios acionistas na prossecução de um interesse público exigente e de longo prazo.

O caminho trilhado confirma a pertinência da decisão tomada pelos Municípios, devendo ser prosseguido com o mesmo sentido de responsabilidade e visão estratégica. O trabalho desenvolvido até aqui permite encarar o futuro com confiança e esperança, assentes na capacidade demonstrada pela AdIN para responder aos desafios do setor e continuar a criar valor para as populações e para a região. Sendo certo que há ainda muito mais para ser feito neste setor muito importante para as populações dos Municípios aderentes e no qual junto com a população também teremos que fazer um papel interventivo e fiscalizador das boas e menos boas práticas instituídas pela empresa.

Torre de Moncorvo, 2026.03.30

A Assembleia Geral

Presidente,



(José Carlos de Sá Meneses)



Mensagem do Conselho de Administração

A Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A. (AdIN) foi constituída por escritura pública em 15 de novembro de 2019, tendo como acionistas os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real. Desde a sua criação, foi-lhe confiada a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nestes concelhos, assumindo a responsabilidade de garantir um serviço público essencial à qualidade de vida, à proteção ambiental e ao desenvolvimento regional.

O Conselho de Administração da Águas do Interior Norte, EIM, S.A. (AdIN) apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, período em que a empresa deu continuidade à sua missão de assegurar a gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, prestando um serviço indispensável ao quotidiano das populações servidas.



FOTO 1 - REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE CRUZ VILARINHO (TORRE DE MONCORVO)

O projeto da AdIN representa uma alteração estrutural do paradigma de gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, introduzindo a sustentabilidade, a resiliência e a eficiência como pilares fundamentais da sua atuação, em linha com os documentos de orientação estratégica do setor, designadamente o PENSAARP 2030. Neste sentido, entende o Conselho de Administração que as entidades gestoras de fundos comunitários e o próprio Governo deverão reconhecer, apoiar e incentivar o modelo adotado, que traduz a coragem dos Municípios acionistas ao optarem por uma estrutura empresarial que assegura a transparência e a recuperação dos custos reais do serviço através da tarifa.

O atual contexto internacional continua marcado por um conjunto de incertezas económicas e geopolíticas, cujos efeitos se fazem sentir também na atividade da empresa. Em particular, destacam-se o aumento das taxas de juro de referência, com impacto nos encargos financeiros, a pressão inflacionista sobre os custos operacionais, nomeadamente energia e serviços, bem como alguma instabilidade e constrangimentos no fornecimento de bens e serviços essenciais à atividade. Estes fatores exigem uma gestão prudente e uma capacidade acrescida de adaptação, que a AdIN continuará a assegurar no desenvolvimento da sua atividade.

Esta realidade assume particular relevância no contexto específico em que a AdIN opera, caracterizado por uma baixa densidade populacional e por uma orografia exigente, fatores que condicionam a eficiência económica dos sistemas e agravam os desafios operacionais. Acresce que as infraestruturas que transitaram para a empresa apresentavam, em muitos casos, um elevado grau de degradação, sendo evidente que a sua reabilitação não se esgota nos primeiros anos de atividade, exigindo um esforço de investimento contínuo para assegurar, a médio e longo prazo, a prestação de um serviço de qualidade e eficiente.

Ao longo do exercício, a AdIN manteve níveis elevados de qualidade da água fornecida e de continuidade do serviço, consolidando a sua atividade num contexto operacional exigente, marcado pela dispersão territorial, pela complexidade dos sistemas e pelas crescentes exigências legais e ambientais.

Não obstante este desempenho, importa reconhecer que, ao nível da eficiência operacional, se verificou um ligeiro retrocesso, evidenciado nomeadamente pelo aumento da água não faturada e pelo acréscimo de alguns custos operacionais, designadamente com energia, tratamento em alta e aquisição de água. Estes fatores, conjugados com o impacto do investimento realizado e com o reforço das imparidades, refletiram-se nos resultados do exercício.

Ainda assim, a AdIN manteve um elevado volume de investimento, prosseguindo o esforço de reabilitação e modernização das infraestruturas, apesar da reduzida disponibilização de fundos comunitários, que em 2025 se circunscreveu essencialmente a um único projeto aprovado no âmbito do NORTE 2030. Este contexto reforça a necessidade de alinhamento entre os instrumentos de financiamento e os objetivos estratégicos do setor.

No plano organizacional, destaca-se o encerramento, em 2025, do primeiro ciclo de manutenção da certificação dos sistemas de gestão da qualidade e ambiente, ao abrigo das normas ISO 9001 e ISO 14001, após o seu alargamento a toda a área de intervenção da AdIN. Este marco constitui um importante reconhecimento da maturidade organizacional da empresa, traduzindo-se em benefícios ao nível da padronização de processos, melhoria contínua, reforço da eficiência operacional e maior envolvimento dos colaboradores.

Do ponto de vista económico-financeiro, a AdIN apresenta resultados positivos e uma estrutura financeira equilibrada, destacando-se a melhoria dos indicadores de autonomia financeira e a redução do endividamento, resultante da amortização de financiamentos existentes sem recurso a novo crédito. Estes fatores reforçam a sustentabilidade da empresa, ainda que subsistam desafios ao nível da eficiência operacional e da gestão do capital circulante.

O Conselho de Administração considera que o contexto atual deve ser encarado com sentido de responsabilidade e como um desafio prioritário para os próximos anos. A melhoria da eficiência dos sistemas, o reforço do controlo de perdas e a otimização dos custos operacionais assumem-se como vetores fundamentais de atuação, indispensáveis para garantir a sustentabilidade da empresa e a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros associados ao investimento realizado.



FOTO 2 - EQUIPAMENTO DE SANEAMENTO DE AR POR MEIOS MÓVEIS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os colaboradores da AdIN, pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados ao longo do exercício de 2025, bem como aos Municípios acionistas, parceiros institucionais e demais entidades que contribuíram para o desempenho da empresa. O compromisso coletivo evidenciado constitui um fator determinante para a concretização dos objetivos definidos, sendo essencial para enfrentar os desafios futuros. O Conselho de Administração manifesta, assim, a sua confiança na continuidade deste envolvimento e colaboração nos próximos anos.

Vila Real, 2026.03.30

O Conselho de Administração

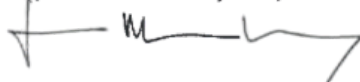
Presidente,

(Alexandre Manuel Mouta Favaio)



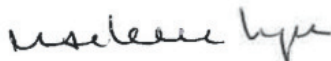
Administrador,

(José Manuel Gonçalves)



Administrador,

(Maria Helena Marques Pinto da Lapa)





Índice

Principais Dados / Indicadores da Empresa.....	3
Composição Dos Órgãos Sociais.....	5
Análise Global.....	7
Atividade da AdIN.....	9
A. Abastecimento de Água.....	9
B. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.....	12
E. Estrutura Organizativa.....	14
F. Recursos Humanos/Balanço Social.....	15
G. Investimento e Comparticipação Comunitária.....	16
Situação Económica e Financeira.....	18
A. Balanço.....	18
B. Demonstração dos Resultados.....	19
C. Resultados.....	20
D. Indicadores Económicos e Financeiros.....	21
Dívidas de Impostos em Mora.....	23
Outras Informações.....	25
Proposta de Aplicação de Resultados.....	27
Demonstrações Financeiras.....	29
A. Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025.....	30
B. Demonstração Individual dos resultados por naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2025.	32
C. Demonstração Individual dos resultados por funções Período findo em 31 de dezembro de 2025.	33
D. Demonstração individual dos fluxos de caixa Período findo em 31 de dezembro de 2025.....	34
E. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Período de 2025.....	36
F. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - PERÍODO de 2024.....	38
Anexo em 31 de Dezembro de 2025.....	40
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	59
Certificação legal das Contas.....	63



Principais Dados / Indicadores da Empresa



Abastecimento de água

- 140 captações
- 32 elevatórias
- 239 reservatórios
- 1.711 km de rede de distribuição



Saneamento de águas residuais

- 193 estações elevatórias
- 993 km de rede de drenagem
- 60 ETAR's

8 Municípios
94 268 habitantes (Dados INE)



Composição Dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

José Carlos de Sá Meneses

Secretário

Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva

Conselho de Administração

Presidente

Alexandre Manuel Mouta Favaio

Vogais:

José Manuel Gonçalves

Maria Helena Marques Pinto da Lapa

Fiscal Único:

RCVM Auditores – Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo & Associado, SROC, Lda., Representada por Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo



Análise Global

A Águas do Interior Norte, EIM, S.A. (AdIN) é uma empresa local de capitais exclusivamente públicos, participada pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real, tendo como missão a gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais. Enquanto entidade gestora de serviços de interesse geral, a AdIN dispõe de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo regime jurídico das empresas locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

O exercício de 2025 evidencia a continuidade do processo de consolidação da atividade da empresa, num contexto caracterizado por exigência operacional crescente, quer ao nível da gestão dos sistemas, quer do cumprimento das obrigações legais e ambientais. A AdIN manteve o foco na prestação de um serviço público essencial, assegurando níveis elevados de qualidade da água fornecida, continuidade do serviço e resposta às necessidades das populações, num território com características operacionais exigentes.

Ao nível da atividade, verificou-se um crescimento do volume de negócios, suportado pelo aumento do volume de água faturada e do número de clientes. Contudo, este crescimento foi acompanhado por um aumento dos custos operacionais, nomeadamente com a compra de água, energia e tratamento de efluentes em alta, refletindo quer fatores externos (custos unitários), quer internos (expansão e reconfiguração dos sistemas, com entrada em funcionamento de novas infraestruturas).



FOTO 3 - ETAR DE TABUADELO (SANTA MARTA DE PENAGUIÃO)

A análise operacional evidencia igualmente alguns desafios ao nível da eficiência do sistema, nomeadamente no que respeita ao aumento do volume de água não faturada, consequência do acréscimo da água entrada no sistema não totalmente acompanhado pela faturação. Este aspeto assume particular relevância, tendo impacto direto na sustentabilidade económica e na gestão eficiente dos recursos hídricos.

No setor do saneamento, destaca-se a complexidade e dimensão do sistema, bem como o esforço realizado na sua reconfiguração e melhoria, com impactos positivos na qualidade dos efluentes tratados devolvidos ao meio ambiente, ainda que com reflexos no aumento dos gastos energéticos e com o tratamento “em alta”.

O cumprimento das licenças de descarga das infraestruturas de tratamento próprias e a evolução dos volumes tratados evidenciam um sistema em funcionamento, embora condicionado por fatores como as afluições indevidas.

Do ponto de vista económico-financeiro, a empresa apresenta uma estrutura patrimonial fortemente marcada pelo investimento, com crescimento do ativo e reforço dos capitais próprios, acompanhado por uma redução do endividamento, decorrente da amortização de financiamentos sem recurso a novo crédito.

A capacidade de geração de resultados operacionais (EBITDA) manteve-se estável, ainda que os níveis de resultado operacional e líquido tenham registado uma redução, influenciados pelo aumento das depreciações, dos custos operacionais e das imparidades.

Importa ainda destacar o aumento das dívidas de clientes, que tem vindo a exigir um reforço das imparidades e uma maior atenção à gestão do capital circulante. Este fator, conjugado com os desafios de eficiência operacional, constitui uma das áreas críticas de atuação futura.



FOTO 4 - RESERVATÓRIO DE TOJAIS - MESÃO FRIO

Em termos de investimento, a AdIN manteve um nível significativo de execução, beneficiando também de financiamento comunitário, ainda que condicionado, em alguns casos, pela incerteza associada a candidaturas em regime de overbooking.

Em síntese, o exercício de 2025 reflete uma empresa em fase de maturidade operacional, com atividade em crescimento e uma estrutura financeira estável, mas confrontada com desafios relevantes ao nível da eficiência dos sistemas, controlo de custos e gestão de ativos e de clientes, que serão determinantes para a sua sustentabilidade futura.

Atividade da AdIN

A Águas do Interior Norte, EIM, S.A. (AdIN), constituída por escritura pública em 15 de novembro de 2019, tem por objeto a exploração e gestão integrada dos sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais nos municípios participantes no seu capital social. Enquanto entidade intermunicipal, a AdIN assume um papel estruturante na prestação de serviços públicos essenciais, assegurando o acesso universal a água de qualidade e o tratamento adequado das águas residuais, contribuindo de forma direta para a saúde pública, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental da região onde se insere.

Desde a sua criação, a empresa tem vindo a consolidar um modelo de gestão orientado para a eficiência operacional, a sustentabilidade económico-financeira e a resiliência dos sistemas, promovendo simultaneamente a modernização das infraestruturas e a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado. Este percurso tem sido sustentado por uma abordagem integrada, que articula investimento, inovação e capacitação organizacional.

O exercício de 2025 corresponde ao sexto ano completo de atividade da AdIN, refletindo uma fase de maturidade crescente da organização. Este período ficou marcado pela continuidade do esforço de otimização dos processos operacionais, pelo reforço da capacidade de resposta dos sistemas e pela consolidação dos indicadores de desempenho económico e financeiro.

Num contexto de exigência crescente ao nível regulatório, ambiental e de eficiência na gestão dos recursos, a AdIN manteve o seu compromisso com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, assente em princípios de rigor, sustentabilidade e criação de valor para os municípios e populações servidas.



FOTO 5 - RESERVATÓRIO DE HORTA DA VILARIÇA (TORRE DE MONCORVO)

A. Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água gerido pela AdIN assenta num vasto e complexo conjunto de infraestruturas, que integra captações, estações de tratamento, reservatórios, estações elevatórias e uma extensa rede de adução e distribuição, dispersa por um território alargado e com características geográficas exigentes. A operação articulada destes ativos é fundamental para assegurar a disponibilização contínua de água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas, às populações servidas.

Neste contexto, a AdIN tem vindo a centrar a sua atuação na segurança e qualidade da água fornecida, garantindo o cumprimento rigoroso dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como das melhores práticas do setor. A monitorização sistemática dos parâmetros de qualidade, aliada ao controlo operacional dos sistemas, constitui um pilar essencial na proteção da saúde pública e na confiança dos utilizadores. Paralelamente, a empresa tem reforçado o seu compromisso com a qualidade do serviço prestado, procurando minimizar a ocorrência e o impacto de falhas no abastecimento.

A gestão eficiente das redes, a deteção e reparação atempada de avarias e a melhoria contínua dos processos operacionais têm permitido reduzir interrupções e aumentar a fiabilidade do sistema, contribuindo para níveis mais elevados de continuidade do serviço.

Num cenário cada vez mais marcado por fenómenos de escassez hídrica e variabilidade climática, a AdIN tem igualmente desenvolvido estratégias que visam reforçar a resiliência dos sistemas de abastecimento, assegurando a capacidade de resposta mesmo em condições adversas. Estas medidas incluem a otimização da gestão de recursos hídricos, a interligação de sistemas e a melhoria da eficiência das infraestruturas.

Adicionalmente, a promoção da eficiência operacional e da sustentabilidade económico-financeira constitui uma prioridade estratégica, com particular enfoque na redução do volume de água não faturada. A implementação de ações orientadas para o controlo de perdas reais e aparentes, a melhoria do conhecimento das redes e a modernização dos sistemas de medição e monitorização são determinantes para garantir uma utilização mais eficiente dos recursos e reforçar a sustentabilidade da atividade.

Produção

No exercício de 2025, a produção de água da AdIN atingiu 679.802 m³, representando um aumento face aos 631.228 m³ registados em 2024, o que traduz uma variação positiva moderada, consistente com as necessidades operacionais do sistema e com a gestão das origens disponíveis.

A produção própria mantém um peso relativamente reduzido no contexto global do abastecimento, correspondendo a cerca de 8,7% do volume total de água entrada no sistema. Este enquadramento decorre das obrigações estabelecidas no contrato de concessão, ao abrigo do qual a AdIN é abastecida, em larga medida, através do sistema em alta operado pela Águas do Norte, responsável pelo fornecimento aos principais aglomerados populacionais. Este modelo condiciona a estrutura de aprovisionamento da empresa, assegurando simultaneamente níveis elevados de fiabilidade e qualidade no fornecimento.

Ainda assim, a AdIN dispõe de um conjunto relevante de 140 captações locais, que desempenham um papel estratégico no sistema. Para além de contribuírem, em alguns casos, para o abastecimento regular, estas origens assumem particular importância como fontes de redundância e reserva, permitindo reforçar a resiliência do sistema em situações de contingência, nomeadamente em cenários de escassez hídrica ou constrangimentos no fornecimento.

Neste âmbito, a empresa encontra-se a desenvolver um processo de licenciamento de todas as captações de água, em conformidade com o enquadramento legal e regulamentar aplicável. Trata-se de uma iniciativa de elevada exigência técnica e administrativa, que envolve a caracterização detalhada das origens, a avaliação das condições de exploração e a articulação com as entidades competentes. Este processo constitui um passo fundamental para assegurar a plena conformidade legal, a sustentabilidade da utilização dos recursos hídricos e o reforço da gestão integrada do sistema de abastecimento.

Distribuição

A atividade de distribuição de água da AdIN assenta em dois vetores fundamentais: a segurança da água fornecida e a eficiência do serviço prestado. Estes princípios estruturantes orientam a operação diária da empresa e enquadram as decisões de investimento, bem como as ações de melhoria contínua implementadas ao longo dos últimos anos.

A qualidade da água distribuída é objeto de um acompanhamento rigoroso, suportado no indicador de Água Segura, definido pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Este indicador constitui uma referência central na avaliação do desempenho das entidades gestoras, refletindo o grau de cumprimento dos parâmetros de qualidade estabelecidos na legislação aplicável.

No exercício de 2025, os resultados alcançados pela AdIN mantiveram-se enquadrados na classificação de “Qualidade Boa”, de acordo com os critérios definidos pelo regulador. Este desempenho evidencia a robustez do Plano de Controlo da Qualidade da Água, que, sendo validado e aprovado pela ERSAR, foi integralmente executado ao longo do ano, assegurando uma monitorização contínua e uma capacidade de resposta célere perante qualquer desvio identificado.



GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO FATURADO (VALORES EM M3)

À data de elaboração do presente relatório, o valor final do indicador de Água Segura ainda não se encontrava oficialmente publicado. No entanto, com base na avaliação interna realizada, estima-se que este indicador atinja 99,9%, traduzindo uma ligeira melhoria face ao valor registado em 2024 e confirmando a manutenção de elevados padrões de qualidade da água fornecida às populações servidas.

No plano operacional, em 2025 foram faturados 5.324.921 m³ de água, o que representa um aumento de 5,26% face ao volume registado no ano anterior. Paralelamente, o número de clientes atingiu 63.117, correspondendo a um crescimento de 3,79%, refletindo a consolidação da atividade e o alargamento da base de utilizadores.

No que respeita à eficiência do sistema, o indicador de água não faturada assume particular relevância, traduzindo a diferença entre os volumes de água entrada no sistema e os volumes efetivamente faturados aos utilizadores. Em 2025, registou-se um ligeiro retrocesso neste indicador, refletindo um aumento do volume de água não faturada.

Com efeito, verificou-se um acréscimo significativo dos volumes de água disponibilizados ao sistema, nomeadamente através do aumento de 688.740 m³ na água adquirida e de 48.574 m³ na produção própria. Este crescimento da água entrada no sistema não foi integralmente acompanhado por um aumento proporcional da faturação, originando um agravamento das perdas globais. Neste contexto, o volume de água não faturada atingiu 2.452.168 m³ em 2025, representando 31,53% do volume total de água entrada no sistema.

Este indicador evidencia a necessidade de reforço das medidas de controlo de perdas, quer ao nível das perdas reais (fugas e roturas na rede), quer das perdas aparentes (erros de medição, fraudes ou consumos não registados).

A melhoria deste indicador continuará a constituir uma prioridade estratégica para a AdIN, sendo essencial para reforçar a eficiência operacional, a sustentabilidade económico-financeira e a gestão racional dos recursos hídricos, num contexto de crescente exigência ambiental e de escassez de água.

B. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

A atividade de saneamento de águas residuais da AdIN desenvolve-se através de um sistema complexo e altamente exigente, que integra uma vasta rede de coletores, estações elevatórias e infraestruturas de tratamento, distribuídas por um território extenso e com características morfológicas desafiantes. A operação eficiente e articulada deste conjunto de ativos é essencial para garantir o adequado encaminhamento, tratamento e rejeição das águas residuais geradas pelas populações servidas.

Este serviço assume uma importância crítica para a saúde pública, ao prevenir riscos sanitários associados à exposição a águas contaminadas, bem como para a proteção do meio ambiente, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e dos ecossistemas. Simultaneamente, constitui um pilar fundamental da sustentabilidade territorial, assegurando condições adequadas de qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico nos municípios abrangidos.

O sistema gerido pela AdIN é composto por uma rede de drenagem com cerca de 993 km de coletores e mais de 43,8 mil ramais, suportada por um conjunto significativo de infraestruturas operacionais, designadamente 60 estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e 193 estações elevatórias, evidenciando a dimensão e complexidade da operação.

Neste contexto, a AdIN tem vindo a orientar a sua atuação para a fiabilidade do serviço, a eficiência operacional e o cumprimento rigoroso dos requisitos legais e ambientais, promovendo uma gestão integrada que assegure a adequada recolha e tratamento das águas residuais, com impactos positivos duradouros na saúde das populações e na qualidade do ambiente.

Rede de Drenagem de Esgotos

A rede de drenagem de águas residuais gerida pela AdIN caracteriza-se pela sua elevada extensão e complexidade, refletindo a dispersão geográfica dos aglomerados populacionais e as especificidades do território servido. Este sistema integra uma malha significativa de coletores e ramais, suportada por infraestruturas de elevação e tratamento, cuja operação articulada é essencial para garantir a adequada recolha e encaminhamento das águas residuais.

De acordo com os dados mais recentes validados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), a acessibilidade física ao serviço de saneamento, considerando redes fixas e meios móveis, situou-se em 81%. Este indicador evidencia o esforço desenvolvido pela AdIN no alargamento da cobertura do serviço, incluindo soluções alternativas adaptadas a contextos onde a extensão da rede convencional não se revela técnica ou economicamente viável.

Neste âmbito, destaca-se a implementação de um serviço inovador de saneamento através de meios móveis, que permite assegurar a recolha de águas residuais em zonas não servidas por rede fixa. Importa sublinhar que o tarifário aplicado a estes utilizadores é equivalente ao praticado para os utilizadores servidos por rede, refletindo uma clara preocupação com a equidade no acesso ao serviço público, independentemente da localização geográfica.

No final de 2025, a AdIN assegurava o serviço de saneamento a 50.955 utilizadores, registando um crescimento face ao ano anterior, o que traduz a evolução positiva da adesão ao sistema.

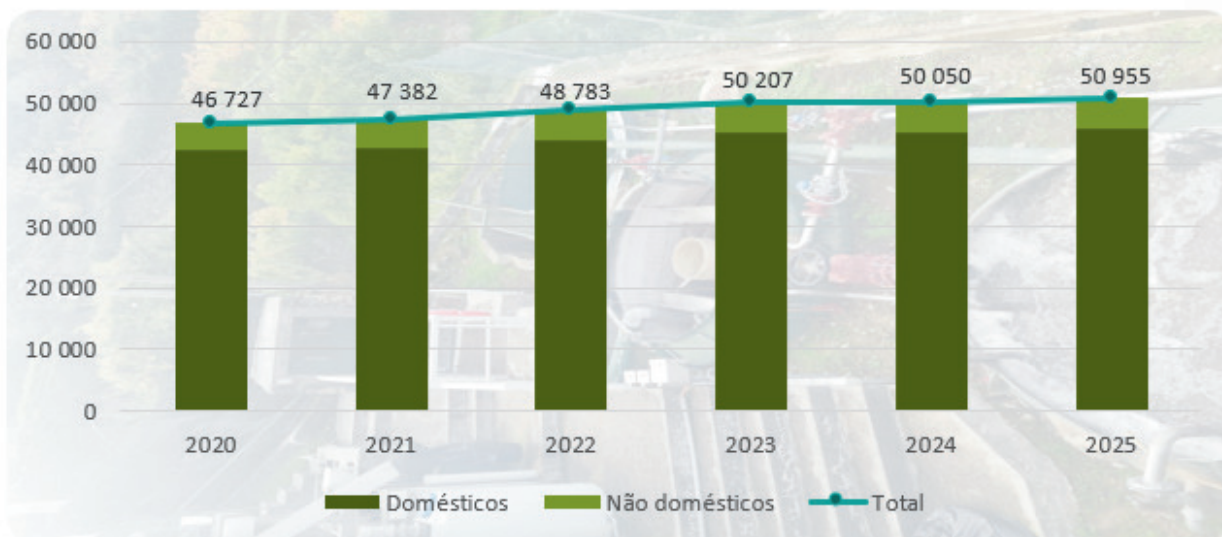


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE UTILIZADORES (N.º)

Ao longo dos últimos anos, a empresa tem realizado um investimento significativo na reabilitação e modernização do sistema de drenagem e tratamento, com especial enfoque nas infraestruturas de tratamento, visando melhorar a eficiência operacional, a fiabilidade do sistema e o desempenho ambiental.

Estações de Tratamento e Estações Elevatórias de Águas Residuais

O sistema de saneamento gerido pela AdIN integra um conjunto alargado de estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e estações elevatórias, que desempenham um papel fundamental no correto encaminhamento e tratamento dos efluentes recolhidos. A articulação entre estas infraestruturas é determinante para assegurar a eficiência do sistema e o cumprimento dos requisitos legais e ambientais aplicáveis.

No que respeita ao enquadramento legal e ambiental, a AdIN dispõe atualmente de 40 licenças de descarga ativas, tendo alcançado, em 2025, um nível de cumprimento de 91,27% no respetivo indicador. Este resultado evidencia um desempenho globalmente consistente, ainda que com margem de melhoria, reforçando a necessidade de continuidade das ações de otimização operacional, controlo de processo e reforço da fiabilidade das infraestruturas de tratamento.

Nos últimos anos, a empresa tem promovido um conjunto de intervenções estruturais no sistema, nomeadamente através da entrada em funcionamento de novas estações elevatórias e da reconfiguração de circuitos de drenagem.

Estas alterações visam o encaminhamento dos efluentes para ETAR com maior capacidade e melhor desempenho, assegurando níveis mais adequados de tratamento e maior conformidade com os parâmetros legais exigidos.

Contudo, esta reorganização do sistema, embora positiva do ponto de vista ambiental e operacional, tem implicado um aumento dos consumos energéticos, decorrente do maior recurso a elevação e bombagem dos efluentes, constituindo um desafio adicional ao nível da eficiência energética e da sustentabilidade económico-financeira da operação.

No que se refere aos volumes tratados, em 2025 foram tratados nas ETAR licenciadas da AdIN cerca de 456.305 m³ de efluente. Por sua vez, nas infraestruturas da Águas do Norte, entidade responsável pela vertente em alta, foram tratados 5.010.899 m³, representando um acréscimo de 5,69% face ao ano anterior.

Este aumento dos volumes tratados encontra-se fortemente associado ao elevado afluxo de águas pluviais aos sistemas de drenagem, evidenciando a existência de infiltrações e aflúências indevidas que condicionam o desempenho hidráulico e energético do sistema, bem como a eficiência global do tratamento.

Neste contexto, a redução das aflúências indevidas e a otimização do funcionamento das estações elevatórias e de tratamento assumem-se como áreas prioritárias de intervenção, com impacto direto na eficiência operacional, na qualidade do tratamento e na sustentabilidade do sistema de saneamento.

E. Estrutura Organizativa

No exercício de 2025, a AdIN manteve a sua estrutura organizativa, assegurando a continuidade de um modelo de gestão assente na flexibilidade e na capacidade de adaptação às exigências operacionais dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. A organização da empresa está resumida no seguinte organograma.

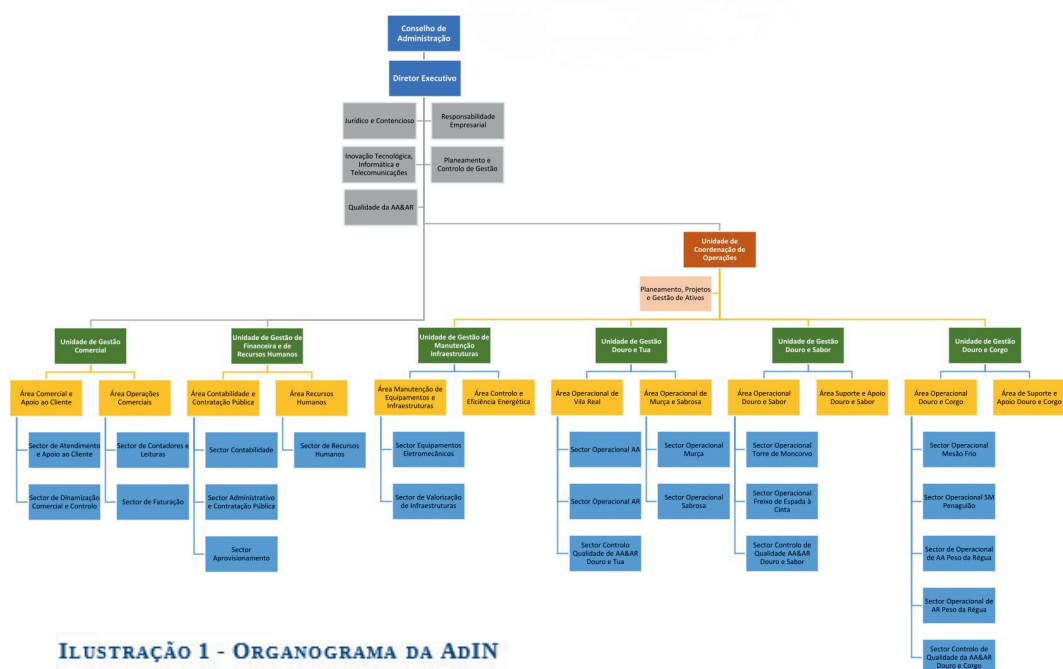


ILUSTRAÇÃO 1 - ORGANOGAMA DA ADIN

A estrutura orgânica em vigor tem permitido dotar a AdIN de uma organização dinâmica e eficiente, capaz de assegurar a gestão integrada dos sistemas e de responder de forma eficaz e atempada às necessidades dos utilizadores, num contexto territorial exigente e operacionalmente diversificado.

Importa salientar que os trabalhadores que integram o quadro de pessoal da empresa resultam, em grande medida, da transição de recursos provenientes dos Municípios acionistas e da EMARVR – Água e Resíduos de Vila Real, EM, S.A.. Associada a esta transição esteve também a integração de diferentes práticas operacionais e modelos de gestão. Neste contexto, a AdIN tem vindo a desenvolver um processo de harmonização e uniformização de procedimentos, orientado para a adoção das melhores práticas existentes. Este esforço tem permitido consolidar uma cultura organizacional comum, promovendo maior consistência na operação e reforçando a eficiência global da empresa.

Os processos e procedimentos encontram-se atualmente devidamente documentados e implementados, no âmbito de um percurso estruturado resultando na certificação dos sistemas de gestão segundo as normas ISO 9001 (qualidade) e ISO 14001 (ambiente). Este processo constitui um vetor estratégico de desenvolvimento organizacional, contribuindo para uma melhor organização interna, reforço do conhecimento institucional, aumento da motivação e envolvimento dos colaboradores e, conseqüentemente, para a melhoria do desempenho global da empresa.

F. Recursos Humanos/Balanco Social

O número de colaboradores registou um ligeiro aumento, totalizando 186 trabalhadores no final do ano, refletindo o ajustamento progressivo da estrutura de recursos humanos às necessidades da operação e à consolidação da atividade da empresa.

No final do ano a empresa contava com 186 trabalhadores, maioritariamente na faixa etária dos 40 aos 59 anos de idade e em que predominam as habilitações até ao 12.º ano de escolaridade.

Os trabalhadores da AdIN transitaram dos Municípios e da EMARVR (no caso de Vila Real), conforme quadro resumo abaixo:

	Contrato Sem Termo	Contrato Termo Certo	CTFP - Cedência Interesse Público	Total Geral
Freixo Espada á Cinta	4		1	5
Mesão frio	6		1	7
Murça	8	1	3	12
Peso Régua	19	6	5	30
Sabrosa	7	1	3	11
Santa Marta Penaguião	8	1	2	11
Torre Moncorvo	11	2	4	17
Vila Real	58	8	27	93
Total Geral	121	19	46	186

A AdIN tem vindo a investir de forma contínua na formação dos seus colaboradores, com o objetivo de reforçar as suas competências técnicas e comportamentais, promovendo a valorização profissional e a capacidade de resposta aos desafios operacionais do setor. Este investimento é complementado pela preocupação permanente em assegurar condições de trabalho adequadas, que garantam o bem-estar, a segurança e o desempenho eficiente dos trabalhadores.

G. Investimento e Participação Comunitária

No exercício de 2025, a AdIN realizou um investimento global de 2.947.297 €, elevando o montante acumulado desde o início da sua atividade para 52.634.794 €. Este esforço de investimento tem sido determinante para a consolidação e modernização das infraestruturas, assegurando a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade dos sistemas geridos.

No domínio do abastecimento de água, os investimentos realizados centraram-se essencialmente na reabilitação de redes de distribuição, na requalificação de reservatórios e na execução de novos ramais, com o objetivo de reforçar a fiabilidade do sistema, reduzir perdas e melhorar a eficiência operacional.

No setor do saneamento de águas residuais, o ano de 2025 ficou igualmente marcado pelo encerramento de diversas operações financiadas no âmbito do POSEUR, concluindo um ciclo relevante de investimentos estruturantes que contribuirão para a melhoria do desempenho ambiental e da cobertura do serviço.



FOTO 6 - REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE CARDANHA (TORRE DE MONCORVO)

No que respeita ao financiamento comunitário, destaca-se a aprovação da candidatura apresentada no âmbito do Aviso NORTE2030-2024-59, enquadrada no Programa Regional Norte 2030, instrumento que apoia investimentos prioritários nos sistemas de abastecimento e saneamento da região Norte.

Esta candidatura contempla um investimento total de 3.883.168,00 €, com um apoio financeiro aprovado de 3.074.747,64 €, destinando-se a beneficiar 676 habitantes das localidades de Adoufe, Borbelinha, Couto, Outeiro, Testeira, Ramadas e Relva. A AdIN procedeu já à adjudicação dos procedimentos necessários, encontrando-se o investimento em fase de execução.

Adicionalmente, a empresa tem aprovadas quatro candidaturas submetidas em regime de overbooking, as quais dizem respeito a investimentos já executados, mas que até à data não haviam beneficiado de participação comunitária.

Não obstante a sua aprovação, importa salientar que o financiamento não se encontra ainda assegurado, ficando a sua eventual atribuição dependente da disponibilização futura de verbas no âmbito do programa.

Em termos globais, o investimento realizado e o acesso a financiamento comunitário continuam a assumir um papel central na estratégia da AdIN, permitindo alavancar a modernização das infraestruturas, reforçar a resiliência dos sistemas e garantir a prestação de serviços de qualidade às populações servidas, num contexto de crescente exigência regulatória e ambiental.

A AdIN continuará a renovar e reforçar as suas infraestruturas nos próximos anos, consolidando um sistema mais moderno, eficiente e sustentável, garantindo a qualidade e continuidade dos serviços a médio e longo prazo.

Situação Económica e Financeira

A. Balanço

O balanço da AdIN em 31 de dezembro de 2025 evidencia a evolução da sua estrutura patrimonial, marcada pelo elevado nível de investimento realizado ao longo dos últimos anos. O ativo total aumentou de 114,8 milhões de euros em 2024 para 118,8 milhões de euros em 2025, refletindo essencialmente o reforço dos ativos fixos tangíveis associados à continuidade dos investimentos nas infraestruturas de abastecimento de água e saneamento.

O ativo não corrente registou um ligeiro aumento, passando de 96,6 milhões de euros para 97,1 milhões de euros, mantendo-se como a principal componente do ativo. Por sua vez, o ativo corrente apresentou um crescimento mais expressivo, evoluindo de 18,2 milhões de euros para 21,7 milhões de euros, influenciado sobretudo pelo aumento das outras contas a receber e das dívidas de clientes.



FOTO 7 - RESERVATÓRIO DE PORRAIS (MURÇA)

As dívidas de clientes aumentaram de 6,2 milhões de euros para 7,0 milhões de euros. Esta evolução tem vindo a assumir expressão significativa e motivou o reforço das imparidades, conforme evidenciado na demonstração de resultados. A rubrica de outras contas a receber registou um acréscimo relevante, passando de 8,3 milhões de euros para 10,1 milhões de euros refletindo a aprovação de novas candidaturas a fundos comunitários. Destaca-se ainda o aumento das disponibilidades, que passaram de 2,36 milhões de euros para 3,51 milhões de euros.

Ao nível dos capitais próprios, verificou-se um aumento de 70,4 milhões de euros em 2024 para 75,6 milhões de euros em 2025, influenciado essencialmente pelas outras variações no capital

próprio, associadas ao financiamento do investimento, bem como pela incorporação de resultados. O resultado líquido do exercício foi de 505 mil euros.

No passivo, observa-se uma redução global de 44,4 milhões de euros (2024) para 43,2 milhões de euros (2025). Esta evolução resulta, em grande medida, da diminuição dos financiamentos obtidos não correntes, que passaram de 25,0 milhões de euros para 24,1 milhões de euros, refletindo a amortização dos empréstimos existentes, sem recurso a novo endividamento. O passivo não corrente reduziu-se de 34,9 milhões de euros para 34,3 milhões de euros, enquanto o passivo corrente apresentou também uma diminuição, passando de 9,4 milhões de euros para 8,8 milhões de euros, evidenciando uma redução das responsabilidades de curto prazo.

No exercício de 2025, a AdIN procedeu ao reforço das provisões no montante de 192.000,00 €, com o objetivo de fazer face a processos em contencioso atualmente em curso. Este reforço decorre de uma avaliação atualizada do risco associado a estes processos, refletindo uma abordagem prudente na mensuração das responsabilidades potenciais da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.

B. Demonstração dos Resultados

A demonstração de resultados de 2025 evidencia a evolução da atividade da AdIN, refletindo, por um lado, o crescimento do volume de negócios e, por outro, o impacto dos custos operacionais associados à expansão e complexidade crescente dos sistemas geridos. O volume de negócios registou um aumento face ao exercício anterior, com as vendas e prestações de serviços a evoluírem de 18,27 milhões de euros em 2024 para 19,22 milhões de euros em 2025, impulsionado pelo crescimento do volume de água faturada e pelo aumento do número de clientes. O valor do volume de negócios superou em 9% o valor Gráfico 3 - Evolução dos Gastos (Valores em euros) previsto em orçamento.

Ao nível do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), verificou-se um acréscimo de 3,83 milhões de euros para 4,31 milhões de euros, refletindo alguma perda de eficiência operacional, nomeadamente associada ao aumento da compra de água, em linha com o crescimento da água entrada no sistema não totalmente acompanhado pela faturação. O valor registado nesta rubrica foi superior em 0,5 milhões de euros face ao montante estimado na fase de orçamento.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos (FSE), estes registaram um aumento de 6,57 milhões de euros para 6,78 milhões de euros. Apesar da implementação de uma estratégia de contenção de gastos e da redução em algumas rubricas, como trabalhos especializados, verificou-se um agravamento global, explicado sobretudo pelo aumento dos encargos com o tratamento de efluentes em alta e com energia.

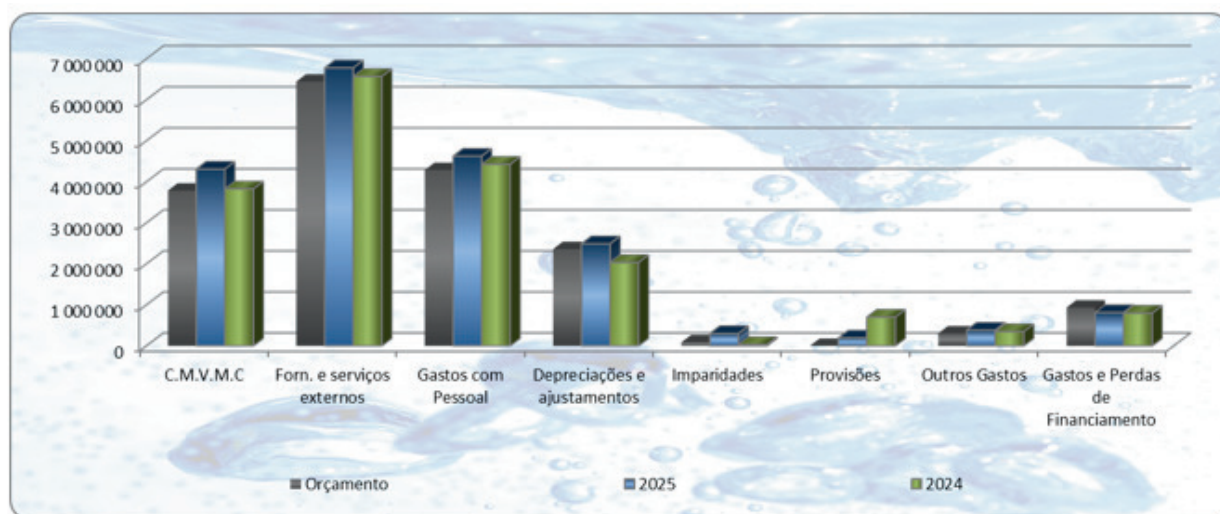


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS (VALORES EM EUROS)

Este último reflete quer o aumento dos custos unitários, quer o impacto da entrada em funcionamento de novas infraestruturas, nomeadamente estações elevatórias e ETAR, com consumos energéticos relevantes. Relativamente ao valor previsto registou-se um desvio de 334 mil euros face ao previsto.

Os gastos com o pessoal aumentaram de 4,43 milhões de euros para 4,63 milhões de euros, influenciados pelas atualizações remuneratórias decorrentes do enquadramento legal e pelo aumento do número de colaboradores, acompanhando as necessidades operacionais da empresa.

As depreciações e amortizações registaram um aumento significativo, passando de 2,03 milhões de euros para 2,49 milhões de euros, refletindo a entrada em funcionamento dos investimentos realizados, com impacto direto na estrutura de custos.

No que respeita às imparidades de dívidas a receber, verificou-se um aumento expressivo de 32 mil euros para 301 mil euros, em linha com o crescimento das dívidas de clientes e com uma abordagem prudente no reconhecimento do risco de cobrança.

Os gastos financeiros aumentaram ligeiramente de 798 mil euros para 814 mil euros, refletindo o facto de parte dos financiamentos da empresa estar indexada à EURIBOR, ficando assim exposta à evolução das taxas de juro.

Em resultado da evolução destas rubricas, o resultado líquido do exercício fixou-se em 505 mil euros, abaixo dos 703 mil euros registados em 2024, refletindo o impacto do aumento dos custos operacionais e das imparidades, apesar do crescimento da atividade.

C. Resultados

O EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) registou um ligeiro aumento, passando de 3,87 milhões de euros em 2024 para 3,99 milhões de euros em 2025. Esta evolução positiva reflete o crescimento do volume de negócios e a capacidade da empresa em gerar resultados operacionais antes do impacto dos custos não monetários e financeiros, ainda que condicionada pelo aumento dos custos operacionais, nomeadamente ao nível da energia, tratamento em alta e CMVMC.



FOTO 8 - ETAR DE NOGUEIRA (VILA REAL)

No entanto, o resultado operacional apresentou uma redução, passando de 1,84 milhões de euros para 1,50 milhões de euros. Esta evolução resulta essencialmente do aumento significativo das depreciações e amortizações (de 2,03 milhões de euros para 2,49 milhões de euros), diretamente associado à entrada em funcionamento dos investimentos realizados. Este efeito evidencia o impacto do esforço de investimento na estrutura de custos da empresa, traduzindo-se numa maior pressão sobre os resultados operacionais.

Ao nível do resultado líquido, verificou-se igualmente uma redução, passando de 703 mil euros em 2024 para 505 mil euros em 2025. Para além do efeito das depreciações, esta evolução é

também influenciada pelo aumento das imparidades de dívidas a receber e pelo ligeiro acréscimo dos gastos financeiros, num contexto de taxas de juro ainda elevadas.

De forma global, a análise destes indicadores evidencia que, apesar da capacidade de geração de resultados operacionais (EBITDA) se manter estável e em ligeiro crescimento, os níveis de resultado mais abaixo na demonstração de resultados refletem o impacto do investimento realizado, do aumento de custos operacionais e do reforço das imparidades, traduzindo-se numa redução do resultado final do exercício.

D. Indicadores Económicos e Financeiros

A análise dos principais rácios financeiros da AdIN em 2025 evidencia uma ligeira redução da rentabilidade da empresa, num contexto marcado pelo aumento dos custos operacionais e pelo impacto do investimento realizado. A margem operacional situou-se em cerca de 7,8% (face a 10,1% em 2024), refletindo a pressão exercida pelo aumento das depreciações associadas à entrada em funcionamento de novos ativos, bem como pelo crescimento de alguns custos operacionais, designadamente energia e tratamento de efluentes.

Do ponto de vista da eficiência, os indicadores revelam uma estrutura de custos globalmente estável, ainda que com alguns sinais de pressão. Os gastos com pessoal representaram cerca de 24,1% do volume de negócios, mantendo-se em linha com o ano anterior, refletindo o equilíbrio entre o reforço de recursos humanos e o crescimento da atividade. Por sua vez, os fornecimentos e serviços externos absorveram aproximadamente 35,3% dos rendimentos, ligeiramente abaixo de 2024, apesar do aumento dos custos com energia e tratamento em alta, o que traduz o efeito das medidas de controlo de despesa implementadas. Já a produtividade dos ativos, medida pelo retorno sobre o ativo (ROA), situou-se em cerca de 0,4%, refletindo a redução do resultado líquido e mantendo-se dentro dos valores expectáveis para uma atividade intensiva em capital.

A estrutura financeira da empresa manteve-se estável, com um rácio de autonomia financeira de cerca de 63,7%, evidenciando que a maior parte dos ativos continua a ser financiada por capitais próprios. Este indicador confirma uma posição financeira sólida, ainda que num contexto de menor geração de resultados. A análise do passivo demonstra que cerca de 79,6% das responsabilidades são de médio e longo prazo, assegurando estabilidade na gestão financeira e reduzida pressão sobre a tesouraria de curto prazo, sendo de destacar a redução dos financiamentos obtidos decorrente da amortização de dívida.

Em síntese, a AdIN encerra o exercício de 2025 com indicadores financeiros globalmente equilibrados, embora evidenciando uma redução da rentabilidade face ao ano anterior. Esta evolução resulta do impacto do investimento realizado, do aumento de custos operacionais e do reforço das imparidades. Ainda assim, a empresa mantém uma estrutura financeira robusta e níveis controlados de endividamento, assegurando as condições necessárias para a continuidade da sua atividade e para a concretização dos investimentos em curso.



Dívidas de Impostos em Mora

Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos, à Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações.



Outras Informações

- Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

- Ações próprias

Não foram adquiridas ações próprias no período.

- Negócios entre a entidade e os seus administradores

Não existiram negócios entre a entidade e os seus administradores.

- Sucursais

Não existem sucursais.

- Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros

A gestão da AdIN assenta nos seguintes princípios:

• Satisfação dos Clientes e das Outras Partes Interessadas

Satisfazer as expectativas e necessidades, que deverá ser procurada de uma forma rigorosa e sistemática, com adequada sensibilização para a qualidade dos serviços prestados.

• Melhoria Contínua e Inovação

Aperfeiçoar constantemente os processos e métodos de trabalho, procurando inovar em todas as fases e adotar soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa.

Aumentar a eficiência do Sistema de Gestão, através da revisão periódica e regular da política, dos processos, dos objetivos e das metas, e do desenvolvimento dos recursos humanos, de modo a obter níveis de desempenho cada vez mais elevados e atingir um aperfeiçoamento contínuo e uma inovação constante. Assumir o compromisso de prevenção da poluição, da redução significativa dos riscos, e dos impactes ambientais e sociais inerentes à atividade da empresa, com o envolvimento de todos os colaboradores.

• Desenvolvimento Sustentável

Desenvolver as vertentes económicas, social e ambiental, gerindo de forma responsável os recursos e cumprindo toda a legislação e requisitos aplicáveis, assim como todas as expectativas das partes interessadas, fomentando um modelo de negócio que permita o seu desenvolvimento sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.

•Envolvimento dos Colaboradores

Assegurar as condições de trabalho, formação e atualização adequadas, incentivando e motivando de forma permanente, desenvolvendo as suas atividades com respeito pelo ambiente e pela segurança.

•Compromissos Sociais

Respeitar a liberdade e promover a valorização dos colaboradores e das restantes partes interessadas, recusando o trabalho infantil, valorizando a liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação, a igualdade de oportunidades, promovendo a segurança e a higiene, prevenindo a ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde, assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesmos valores.

•Comunicação

Difundir, interna e externamente, a política da empresa, comunicando a sua evolução e concretização, a todas as partes interessadas.

Proposta de Aplicação de Resultados

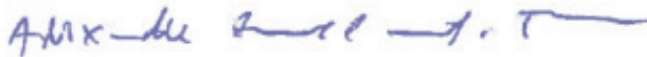
O Conselho de Administração propõe, nos termos do art. 24º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para os Resultados do período findo em 31 de dezembro 2025, no montante de 505 433,83 euros:

- a) Reservas Legais: 25 271,69 euros;
- b) Resultados Transitados: 480 162,14 euros.

Vila Real, 30 de março de 2026.

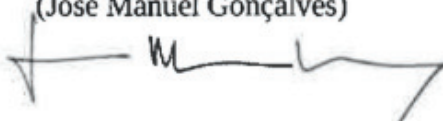
Presidente,

(Alexandre Manuel Mouta Favaio)



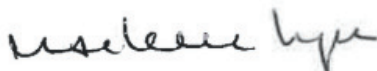
Administrador,

(José Manuel Gonçalves)



Administrador, /

(Maria Helena Marques Pinto da Lapa)





Demonstrações Financeiras

- Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025
- Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período findo em 31 de dezembro de 2025
- Demonstração Individual dos Resultados por Funções do Período findo em 31 de dezembro de 2025
- Demonstração individual dos fluxos de caixa do Período findo em 31 de dezembro de 2025
- Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período 2025
- Anexo em 31 de dezembro de 2025

A. Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31-dez.2025	31-dez.2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	97 100 389,88	96 547 516,06
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	5	500,00	48 293,27
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		97 100 889,88	96 595 809,33
Ativo corrente			
Inventários	6	546 276,88	578 453,02
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	7	6 981 206,21	6 222 871, 13
Estado e outros entes públicos	8	590 332,85	730 939,48
Outros créditos a receber	9	10 051 791,24	8 312 677,76
Diferimentos	10	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	3 508 221,54	2 355 734,54
		21 677 828,72	18 200 675, 93
Total do Ativo		118 778 718,60	114 796 485,26

Capital Próprio e Passivo

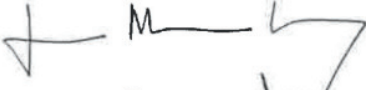
Capital próprio			
Capital subscrito	12	27 148 050,00	27 148 050,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	12.1	12 262 700,00	12 262 700,00
Prémios de emissão	12.1	4 313 347,00	4 313 347,00
Reservas legais	13	183 234,78	148 077,37
Outras reservas		13 762,56	13 762,56
Resultados transitados	14	964 249,08	296 258,25
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações no Capital Próprio	15	30 223 836,94	25 558 122,82
Resultado líquido do período		505 433,83	703 148,24
Total do Capital Próprio		75 614 614,19	70 443 466,24

	Notas	31.dez.2025	31.dez.2024
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	1 539 967,21	1 347 967,21
Financiamentos obtidos	17	24 131 578,71	25 025 714,73
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	28	7 453 480,48	7 420 100,17
Outras dívidas a pagar	18	1 221 655,46	1 150 724,07
		34 346 681,86	34 944 506,18
Passivo corrente			
Fornecedores	19	6 133 146,91	6 428 587,36
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	107 506,71	304 036,04
Financiamentos obtidos	17	912 548,91	906 070,99
Outras dívidas a pagar	18	1 664 220,02	1 769 818,45
Diferimentos	10	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		8 817 422,55	9 408 512,84
Total do Passivo		43 164 104,41	44 353 019,02
Total do Capital Próprio e do Passivo		118 778 718,60	114 796 485,26

A Contabilista Certificada,

Armanda Rodrigues Chau

A Administração,

Marcos Antônio de Fátima

Presidente

B. Demonstração Individual dos resultados por naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2025

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.2025	31.dez.2024
Vendas e serviços prestados	20	19 220 752,11	18 271 803,78
Subsídios à exploração		112 741,02	120 589,26
Variação nos inventários da produção	21	-5 433,18	2 813,13
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-4 310 660,54	-3 827 819,27
Fornecimentos e serviços externos	23	-6 778 784,21	-6 570 000,29
Gastos com o pessoal	24	-4 626 539,55	-4 428 773,28
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	6	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 e 9	-300 969,64	-32 086,29
Provisões (aumentos/reduções)	16	-192 000,00	-700 516,03
Outros rendimentos	25	1 253 012,25	1 386 044,76
Outros gastos	26	-383 752,92	-347 250,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 988 365,34	3 874 805,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-2 489 591,88	-2 034 330,18
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 498 773,46	1 840 475,05
Juros e rendimentos similares obtidos	29	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	29	-813 972,01	-798 329,31
Resultado antes de impostos		684 801,45	1 042 145,74
Imposto sobre o rendimento do período	30	-179 367,62	-338 997,50
Resultado líquido do período		505 433,83	703 148,24

A Contabilista Certificada,

Armanda Rodrigues Chaves

A Administração,

Alexandre Amorim
João Manuel
maelias lopes

C. Demonstração Individual dos resultados por funções Período findo em 31 de dezembro de 2025

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A

Demonstração Individual dos Resultados por Funções

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.dez.2025	31.dez.2024
Vendas e serviços prestados		19 220 752,11	18.271.803,78
Custos das vendas e dos serviços prestados		-15 739 602,65	-14.736.770,60
Resultado bruto		3 481 149,46	3.535.033,18
Outros rendimentos		1 360 320,09	1.509.447,16
Gastos de distribuição		-1 603 186,33	-1.542.754,69
Gastos administrativos		-1 355 756,84	-1.314.000,06
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-383 752,92	-347.250,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 498 773,46	1.840.475,05
Gastos de financiamento (líquidos)		-813 972,01	-798.329,31
Resultados antes de impostos		684 801,45	1.042.145,74
Imposto sobre o rendimento do período		-179 367,62	-338.997,50
Resultado líquido do período		505 433,83	703.148,24

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

Alexandre Amaro
Madalena Lopes

D. Demonstração individual dos fluxos de caixa Período findo em 31 de dezembro de 2025

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.2025	31.dez.2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		25 301 767,69	25.347.712,96
Pagamentos a fornecedores		-17 249 440,31	-14.213.690,58
Pagamentos ao pessoal		-3 401 146,81	-2.772.834,49
Caixa gerada pelas operações		4 651 180,57	8.361.187,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-91 979,00	-52.090,61
Outros recebimentos/pagamentos		-3 109 807,17	-3.361.280,77
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		1 449 394,40	4.947.816,51
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 615 965,77	-7.135.544,45
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
		-2 615 965,77	-7.135.544,45
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		3 805 218,29	2.090.322,42
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
		3 805 218,29	2.090.322,42
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		1 189 252,52	-5.045.222,03

	Notas	31.dez.2025	31.dez.2024
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-887 658,10	-695.570,25
Juros e gastos similares		-598 501,82	-746.649,82
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-1 486 159,92	-1.442.220,07
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-1 486 159,92	-1.442.220,07
Varição de caixa e seus equivalentes $4 \equiv (1+2+3)$		1 152 487,00	-1.539.625,59
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 355 734,54	3 895 360,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 508 221,54	2 355 734,54

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Dias

A Administração,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

E. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Período de 2025

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Período de 2025

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Resultado líquido do período	Total
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio		
Posição no Início do Período 2025	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	148 077,37	13 762,56	296 258,25	25 558 122,82	703 148,24	70 443 466,24
1	Notas								
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	35 157,41	0,00	667 990,83	4 665 714,12	-703 148,24	4 665 714,12
12. a 15									
2									
Resultado Líquido do Período								505 433,83	505 433,83
3									
Resultado Integral								-197 714,41	5 171 147,95
4 = 2 + 3									

	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		5							
Posição no Fim do Período 2025	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	183 234,78	13 762,56	964 249,08	30 223 836,94	505 433,83	75 614 614,19

Handwritten initials and a checkmark.

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Alves

A Administração,

Handwritten signature and initials.

F. Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - PERÍODO de 2024

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Período de 2024

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Resultado líquido do período	Total
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio		
Posição no Início do Período 2024	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	130 917,73	13 762,56	-29 774,95	34 389 445,35	343 192,84	78 571 640,53
1	Notas								
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	17 159,64	0,00	326 033,20	-8 831 322,53	-343 192,84	-8 831 322,53
12_a 15									
2									
3									
Resultado Líquido do Período								703 148,24	703 148,24

	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2024	27 148 050,00	12 262 700,00	4 313 347,00	148 077,37	13 762,56	296 258,25	25 558 122,82	703 148,24	70 443 466,24
	6 = 1 + 2 + 3 + 5								

A Contabilista Certificada,

Arminda Rodrigues Elias

A Administração,

Abel de Jesus
Armando Elias

Anexo em 31 de Dezembro de 2025

1. Nota introdutória

A Empresa Águas do Interior Norte, E.I.M., S. A. tem a sua sede na Avenida Rainha Santa Isabel, Concelho de Vila Real. A sua atividade principal é a distribuição de água e tem como atividades secundárias a drenagem e tratamento de esgotos nos Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

As demonstrações financeiras são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração que assina o presente relatório declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborado em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade. Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados encontram-se expressos em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2025 as demonstrações financeiras da AdIN foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Nos termos do n.º 3 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a Entidade é considerada uma média entidade.

b) Pressuposto da continuidade

O órgão de gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o órgão de gestão concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

i) Consistência na apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os stakeholders.

j) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

k) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

l) Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AdIN são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A depreciação dos subsistemas integrados a título de entradas em espécie deverá ocorrer pelo período da delegação.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

Não aplicável.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, beneficiando do disposto do n.º 2 do artigo 87 do Código do IRC, designadamente a taxa de 17% sobre os primeiros €50.000 de matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo método do custo amortizado, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo método do custo amortizado recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios líquidos do montante de imposto a pagar (conforme previsto na nota de enquadramento da conta 593-Subsídios), sendo posteriormente imputados na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12 Outros investimentos financeiros e outros ativos financeiros

Os instrumentos de capital próprio que representam menos de 20% do capital de uma empresa que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável são mensurados ao custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas e os instrumentos de capital próprio cotados num mercado ativo e cujo justo valor pode ser fiavelmente mensurado são reconhecidos ao justo valor através de resultados.

3.13 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.14 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um

ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem essencialmente salários, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, bem como seguros de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. O custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros é reconhecido não como uma distribuição do lucro líquido, mas como um gasto, sempre que se verifique uma obrigação presente construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados e possa ser feita uma estimativa fiável da obrigação.

3.16 Partes relacionadas

Os termos ou condições praticados entre a Entidade e Partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

3.17 Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica Caixa e seus equivalentes os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.18 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão atenderam ao melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários e ativos fixos tangíveis;
- iii) estimativas de férias e subsídios de férias a liquidar em 2026;
- iv) análises do desfecho de processos judiciais em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no presente Anexo.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Órgão de Gestão da Entidade baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.20 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2024 e 2025 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2024					Saldo em 31-dez-2024
	Saldo em 01-jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	193 301,68	25,00	0,00	10 649,99	0,00	203 976,67
Edifícios e outras construções	73 790 519,70	496 881,79	0,00	18 938 973,00	0,00	93 226 374,49
Equipamento básico	1 970 560,95	144 104,29	-119 642,66	0,00	0,00	1 995 022,58
Equipamento de transporte	648 885,21	361 977,03	0,00	0,00	0,00	1 010 862,24
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	435 969,55	39 413,89	0,00	0,00	0,00	475 383,44
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
Investimentos em curso	35 449 567,17	5 505 597,38	0,00	-18 949 622,99	0,00	22 005 541,56
	<u>112 490 240,05</u>	<u>6 547 999,38</u>	<u>-119 642,66</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>118 918 596,77</u>

	31 de dezembro de 2024					Saldo em 31-dez-2024
	Saldo em 01-jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	18 473 602,03	1 753 626,72	0,00	0,00	0,00	20 227 228,75
Equipamento básico	1 073 400,79	175 922,39	-119 642,66	0,00	0,00	1 129 680,52
Equipamento de transporte	543 329,95	74 244,58	0,00	0,00	0,00	617 574,53
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	364 624,63	30 536,49	0,00	0,00	0,00	395 161,12
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
	<u>20 456 393,19</u>	<u>2 034 330,18</u>	<u>-119 642,66</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>22 371 080,71</u>

	31 de dezembro de 2025					Saldo em 31-dez-2025
	Saldo em 01-jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	203 976,67	2 101,50	0,00	0,00	0,00	206 078,17
Edifícios e outras construções	93 226 374,49	264 845,05	0,00	12 123 377,11	0,00	105 614 596,65
Equipamento básico	1 995 022,58	81 124,50	-42 642,40	0,00	0,00	2 033 504,68
Equipamento de transporte	1 010 862,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1 010 862,24
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	475 383,44	197 032,53	0,00	0,00	0,00	672 415,97
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
Investimentos em curso	22 005 541,56	2 492 628,61	0,00	-12 123 377,11	0,00	12 374 793,06
	<u>118 918 596,77</u>	<u>3 037 732,19</u>	<u>-42 642,40</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>121 913 686,56</u>

	31 de dezembro de 2025					Saldo em 31-dez-2025
	Saldo em 01-jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	20 227 228,75	2 111 750,79	0,00	0,00	0,00	22 338 979,54
Equipamento básico	1 129 680,52	178 820,30	-42 642,40	0,00	0,00	1 265 858,42
Equipamento de transporte	617 574,53	119 282,64	0,00	0,00	0,00	736 857,17
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	395 161,12	75 004,64	0,00	0,00	0,00	470 165,76
Outros ativos fixos tangíveis	1 435,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 435,79
	<u>22 371 080,71</u>	<u>2 484 858,37</u>	<u>-42 642,40</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>24 813 296,68</u>

Nota 5- Ativos fixos tangíveis

Outros ativos financeiros

Nota 6 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	540 140,60	566.883,56
Produtos acabados		
Obras em curso	6 136,28	11.569,46
	546 276,88	578 453,02
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	546 276,88	578 453,02

O valor registado corresponde ao stock em armazém existente a 31.12.2025.

Nota 7 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2025		31-dez-2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	6 981 206,21	0,00	6 222 871,13
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	1 779 365,76	0,00	1 478 396,12
	0,00	8 760 571,97	0,00	7 701 267,25
Perdas por imparidade acumuladas		-1 779 365,76		-1 478 396,12
	0,00	6 981 206,21	0,00	6 222 871,13

	31-dez-2025		31-dez-2024	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	6 981 206,21	0,00	6 222 871,13	0,00
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	1 779 365,76	0,00	1 478 396,12	0,00
	8 760 571,97	0,00	7 701 267,25	0,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-dez-2025	31-dez-2024
Saldo a 1 de janeiro	1.478.396,12	1.446.309,83
Aumento	300 969,64	32.086,29
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de dezembro	1 779 365,76	1.478.396,12

As imparidades foram constituídas de acordo com os limites fiscais previstos na Lei.

Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-2025	31-Dez-2024
passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	96 569,38	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	493 763,47	730 939,40
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	590 332,85	730 939,40
ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	196 905,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	19 441,86	22 902,40
Segurança Social/Caixa G. Apos/ADSE	88 042,09	83 798,20
Outros impostos e taxas	22,76	429,80
	107 506,71	304 036,00

Nota 9 - Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-2025		31-dez-2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	10 051 791,24	0,00	8 312 677,70
	0,00	10 051 791,24	0,00	8 312 677,70
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	10 051 791,24	0,00	8 312 677,70

A EMARVR tinha como atividades o abastecimento de água, drenagem de águas residuais e a gestão dos resíduos urbanos. No âmbito do processo de fusão com a AdIN foi necessário internalizar no Município de Vila Real a atividade dos resíduos e atividade de abastecimento "em alta", bem como os ativos inerentes a esta atividade. Desta operação resultou um crédito favor da empresa no valor de 3 150 904,10€.

Nesta rubrica está registado o valor dos tarifários de ajustamento ainda em dívida por parte dos Municípios, no valor de 269.825,99€. Inclui ainda 74.141,20€ referente à faturação aos Municípios do serviço de gestão do contrato de resíduos.

Esta rubrica inclui também a especialização dos consumos de dezembro, apenas faturados em janeiro de 2026 (1 939 693,71€).

Nota 10 - Diferimentos

Não aplicável.

Nota 11 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 os saldos desta rubrica apresentavam-se:

	<u>31-dez-2025</u>	<u>31-dez-2024</u>
Caixa	8 656,83	10 845,62
Depósitos à ordem	3 499 564,71	2 344 888,48
Depósitos a prazo	0,44	0,44
Outras	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>3 508 221,54</u>	<u>2 355 734,54</u>

Nota 12 - Capital subscrito

No presente exercício não se realizaram alterações ao Capital Subscrito.

Nota 12.1 - Prestações Suplementares e Prémios de emissão

No presente exercício não se registaram alterações nesta rubrica.

Nota 13 - Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

O movimento ocorrido em 2025 refere-se ao reforço de 5% dos resultados do período de 2024.

Nota 14 - Resultados transitados

A variação ocorrida relativamente ao ano 2024 decorre da aplicação do resultado líquido obtido nesse período.

Nota 15 - Outras variações nos capitais próprios

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 o saldo desta rubrica apresentava-se:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00
Subsídios	30 223 836,94	25 558 122,82
Doações	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	30 223 836,94	25 558 122,82

A AdIN contratualizou com o POSEUR um montante de comparticipação de 21.088.366,73€, os quais estão registados nesta rubrica. Com o Norte 2030 estão contabilizados o montante de comparticipação de 3 074 748,00€.

Nota 16 - Provisões

As provisões para riscos e encargos propostas respeitam à faturação aos Municípios de Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo da perda de rendimentos ocorrida pela não integração de alguns sistemas, atualmente geridos por Juntas de Freguesias. É entendimento da Administração que não havendo certeza quanto ao desfecho do processo será prudente dividir o risco por ambas as entidades. Não tendo ocorrido a emissão de faturação adicional em 2025 não se procedeu ao reforço ou redução desta rubrica.

A Entidade detém processos em contencioso. Entendeu o Conselho de Administração por prudência reforçar em 192.000,00€ as provisões para processos judiciais em curso.

Descrição	No Início do Período	Reforço	Redução	No Final do Período
Faturação por perda de rendimento	997.967,21	0,00	0,00	997.967,21
Processos em contencioso	350.000,00	192.000,00	0,00	542.000,00
	1.347.967,21	192.000,00	0,00	1.539.967,21

Nota 17 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-2025		31-dez-2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	24 131 578,71	912 548,91	25 025 714,73	906 070,99
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários contratados	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
	24 131 578,71	912 548,91	25 025 714,73	906 070,99

O valor desta rubrica está discriminado na tabela seguinte:

Descrição	Maturidade	Taxa de juro	Montante	Início	Fim	Montante em dívida a 31-dez-2025
Santander 2018	10 anos	1,2% + Euribor a 6 meses	3 000 000,00	2018	2028	855 171,58
Caixa Agrícola 2019	15 anos	0,85% + Euribor 6 meses	4 200 000,00	2019	2034	2 622 712,71
Caixa Agrícola 2020	10 anos	0,85% + Euribor 6 meses	3 000 000,00	2020	2030	1 566 243,33
1.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	1,10%	5 000 000,00	2021	2046	5 000 000,00
2.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	3,42%	5 000 000,00	2022	2047	5 000 000,00
3.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	3,89%	5 000 000,00	2023	2048	5 000 000,00
4.º desembolso BEI	20 anos + 5 carência	4,03%	5 000 000,00	2023	2038	5 000 000,00
						25 044 127,62

Nota 18 - Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-2025		31-dez-2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Detalhe 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhe 2	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	1 221 655,46	1 664 220,02	1 150 724,07	1 769 818,45
	1 221 655,46	1 664 220,02	1 150 724,07	1 769 818,45

O valor de 1 221 655,46€ respeita a retenções de cauções.

O valor de 1 664 220,02€ respeita a dívida de fornecedores de investimentos, a credores por acréscimos de gastos, ao pessoal (remunerações a pagar) e a outros devedores e credores.

Nota 19 - Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica de "Fornecedores" tinha a seguinte composição.

	<u>31-dez-2025</u>	<u>31-dez-2024</u>
Fornecedores conta corrente	6 133 146,91	6 428 587,36
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	<u>6 133 146,91</u>	<u>6 428 587,36</u>

O valor registado em fornecedores conta corrente corresponde maioritariamente ao valor a entregar aos municípios referentes à faturação do serviço de resíduos.

Nota 20 - Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos períodos de 2024 e de 2025 foram como segue:

	<u>31-dez-2025</u>			<u>31-dez-2024</u>		
	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>	<u>Mercado Interno</u>	<u>Mercado Externo</u>	<u>Total</u>
Vendas de mercadorias	6 161 780,65	0,00	6 161 780,65	5 551 819,78	0,00	5 551 819,78
Serviços prestados	13 058 971,46	0,00	13 058 971,46	12 719 984,00	0,00	12 719 984,00
	<u>19 220 752,11</u>	<u>0,00</u>	<u>19 220 752,11</u>	<u>18 271 803,78</u>	<u>0,00</u>	<u>18 271 803,78</u>

Estes valores correspondem ao volume de negócios e advêm essencialmente da faturação de tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Nota 21 - Variação da produção

A demonstração da variação da produção, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi como segue:

	<u>31-dez-2025</u>			<u>31-dez-2024</u>		
	<u>Produtos e trabalhos em curso</u>	<u>Produtos acabados e intermédios</u>	<u>Total</u>	<u>Produtos e trabalhos em curso</u>	<u>Produtos acabados e intermédios</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro	11 569,46	0,00	11 569,46	8 756,33	0,00	8 756,33
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de dezembro	<u>6 136,28</u>	<u>0,00</u>	<u>6 136,28</u>	<u>11 569,46</u>	<u>0,00</u>	<u>11 569,46</u>
Variação da produção	<u>-5 433,18</u>	<u>0,00</u>	<u>-5 433,18</u>	<u>2 813,13</u>	<u>0,00</u>	<u>2 813,13</u>

Nota 22 - Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 é detalhado como segue:

	31-dez-2025			31-dez-2024		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	566 883,56	0,00	566 883,56	521 862,80	0,00	521 862,80
Regularizações	-178 359,71	0,00	-178 359,71	-163 549,45	0,00	-163 549,45
Compras	161 304,43	4 300 956,00	4 462 260,43	232 916,54	3 803 472,94	4 036 389,48
Saldo final em 31 de dezembro	540 123,74	0,00	540 123,74	566 883,56	0,00	566 883,56
Custo das Vendas	9 704,54	4 300 956,00	-4 310 660,54	24 346,33	3 803 472,94	-3 827 819,27

O valor mais significativo do apuramento do custo das mercadorias e matérias consumidas respeita à compra de água (4 300 956,00€).

Nota 23 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição de fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foi a seguinte:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Subcontratos	-3 705 457,96	-3 427 927,07
Serviços especializados	-1 616 549,64	-1 747 628,48
Materiais	-41 325,94	-31 306,72
Energia e fluidos	-688 930,17	-490 824,47
Deslocações, estadas e transportes	-29 590,61	-91 112,62
Serviços diversos	-696 929,89	-781 200,93
	-6 778 784,21	-6 570 000,29

O valor mais expressivo (subcontratos) corresponde essencialmente:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Tratamento de águas residuais (Águas do Norte, S.A.)	-3 705 457,96	-3 427 927,07

Nota 24 - Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 foi o seguinte:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	-3 674 580,69	-3 453 458,48
Benefícios pós-emprego	-7 511,20	-7 198,80
Indemnizações	-1 405,46	0,00
Encargos sobre remunerações	-798 997,03	-795 783,88
Seguros	-59 040,06	-70 979,70
Gastos de ação social	-22 931,37	-23 122,32
Outros gastos com pessoal	-62 073,74	-78 230,10
	-4 626 539,55	-4 428 773,28

Nota 25 - Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foram como segue:

	<u>31-dez-2025</u>	<u>31-dez-2024</u>
Rendimentos suplementares	381 851,45	340 380,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	20 172,85	8 329,66
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	3 398,40	12 342,60
Outros rendimentos	847 589,55	1 024 992,18
	<u>1 253 012,25</u>	<u>1 386 044,76</u>

O valor de 381 851,45€ respeita essencialmente à Gestão de Contratos de Resíduos.

Relativamente aos outros rendimentos, salienta-se que os mesmos provêm da imputação dos subsídios para investimento definido na NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, e a taxas de recursos hídricos de água e águas residuais a entregar à Agência Portuguesa do Ambiente.

Nota 26 - Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foram como segue:

	<u>31-dez-2025</u>	<u>31-dez-2024</u>
Impostos	-357 771,30	-326 321,37
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos	-25 981,62	-20 929,17
	<u>-383 752,92</u>	<u>-347 250,54</u>

O valor do "Impostos" corresponde mormente a taxas de recursos hídricos de água e águas residuais faturadas pela Águas do Norte, SA.

Nota 27 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-2025			31-dez-2024		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-2 489		-2 489	-		-
Ativos fixos tangíveis	591,88	0,00	591,88	2 034 330,18	0,00	-2 034 330,18
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-2 489		-2 489	-		-
	591,88	0,00	591,88	2 034 330,18	0,00	2 034 330,18

A depreciação de um bem de acordo com a NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis respeita à "imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil". Desta forma, estaremos a correlacionar os gastos do uso de um ativo com os rendimentos que ele gera, bem como a imputar a cada exercício o custo correspondente ao investimento realizado.

Nota 28 - Passivos por impostos diferidos

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos. Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme a NCRF 22.

Nota 29 - Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2024 e de 2025, tinham a seguinte composição:

	31-dez-2025	31-dez-2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-813 972,01	-798 329,31
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	-813 972,01	-798 329,31
Resultados financeiros	-813 972,01	-798 329,31

Nota 30- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por:

Coleta	138 386,31
Derrama Municipal	10 528,97
Tributações Autónomas	30 452,34
Crédito fiscal ao investimento	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	179 367,62
Deduções de pagamentos especiais por conta	0,00
Deduções de pagamentos por conta	- 275 937,00
Retenções na fonte	0,00
Total do imposto a recuperar	96 569,38

Nota 31 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A manutenção da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o novo conflito de Israel e Estados Unidos com o Irão reforçam o clima de instabilidade nos mercados mundiais vivido há anos a esta parte com repercussões nos preços das matérias primas que pode trazer impactos no mercado nacional, nomeadamente nos preços da energia e combustíveis, mas sem efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Nota 32 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações se encontram regularizadas, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do art.º 66.º-A do CSC, divulga-se que no âmbito das suas funções de Revisor Oficial de Contas (ROC) foram faturados honorários no valor de 14 520,00€ (IVA não incluído), respeitantes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

Alcides ...
... ..

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M., S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relatório

1. No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa e averiguamos a observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos, através de contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.
2. Procedemos à análise da informação contabilística produzida, tendo sido efetuados os procedimentos e verificações adequados.
3. Emitimos nos termos do art.º 451º do Código das Sociedades Comerciais a Certificação Legal das Contas, com uma reserva e uma ênfase, que fica a fazer parte integrante deste relatório para os devidos efeitos legais.
4. Apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras, apresentados pela Administração, sendo nossa convicção que são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.
5. Na sequência do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do RJSPE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo a Entidade apresentado o seu relatório de boas práticas de governo societário, aferimos o cumprimento das exigências previstas naquele diploma legal, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas no respetivo Capítulo II.

Parecer

Nestes termos, considerando as análises e trabalhos efetuados, somos do parecer que:

- a) Seja aprovado o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório de gestão.

Porto, 30 de março de 2026



Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.
*Inscrita na OROC sob o n.º 345 e CMVM 20210025, representada por
Fernando Virgílio da Cruz Cabral Macedo, ROC n.º 959 (Sócio-Gerente)*

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 118.778.718,60 euros e um total de capital próprio de 75.614.614,19 euros, incluindo um resultado líquido de 505.433,83 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M., S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Durante o exercício de 2025 foi realizado um *upgrade* do ERP de contabilidade para uma versão *cloud-based* do *Microsoft Dynamics NAV*, que implicou a migração e normalização do histórico contabilístico. À data do balanço a rubrica de clientes apresentava um saldo de 6.981.206,21 euros, o qual era inferior em 1.652.596,98 euros relativamente ao valor constante no sistema de gestão de clientes. Em virtude de não ter sido possível efetuar a respetiva conciliação destes valores não nos é possível emitir opinião sobre esta rubrica.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Chamamos a atenção para o referido na nota “31 – Eventos subsequentes” do Anexo acerca do clima de instabilidade vivido nos mercados mundiais com a manutenção da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o novo conflito de Israel e Estados Unidos com o Irão com repercussões nos preços das matérias-primas que

pode trazer impactos no mercado nacional, nomeadamente nos preços da energia e combustíveis, mas sem efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

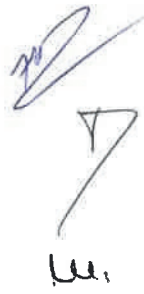
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al e), do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 30 de março de 2026

O Fiscal Único



Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.
Inscrita na OROC sob o n.º 345 e CMVM 20210025, representada por
Fernando Virgílio da Cruz Cabral Macedo, ROC n.º 959 (Sócio-Gerente)





Águas

do interior norte

A ÁGUA QUE NOS LIGA

